

## EXISTE UMA CULTURA SURDA?<sup>1</sup>

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Nídia Limeira de Sá<sup>2</sup>

**A despeito de os surdos não terem dúvidas quanto a suas identidades culturalmente distintas, as pessoas não-surdas têm muita dificuldade em admitir que os surdos têm processos culturais específicos, então, muitos continuam a tratar os surdos apenas como um grupo de deficientes ou incapacitados. Este texto trata da existência da cultura surda, cultura esta geralmente desconhecida e ignorada, tida como uma cultura patológica, uma sub-cultura ou não-cultura. Estas representações geralmente embasam as perspectivas comuns nas quais os surdos são narrados de forma negativa, como se fossem menos que “normal”.**

Os elementos culturais constituem-se na mediação simbólica que torna possível a vida em comum. A cultura se expressa através da linguagem, dos juízos de valor, da arte, das motivações, etc., gerando a ordem do grupo, com seus códigos próprios, suas formas de organização, de solidariedade, etc. As culturas são recriadas em função de cada grupo que nelas se inserem. Os surdos são um grupo minoritário que está lutando para que sua cultura seja incluída, no contexto social, como legítima.

“Cultura”, neste texto, é definida como um campo de forças subjetivas que dá sentido(s) ao grupo. É através das interpretações baseadas na cultura majoritária que, na construção social da surdez, ocorre a valorização do modelo ouvinte, principalmente no processo educativo dos surdos. Trata-se de uma imposição subjetiva (às vezes até objetiva) sobre as identidades dos surdos, sobre sua subjetividade, sobre sua auto-imagem, ou seja, poderes são exercidos para influenciar os surdos a perderem sua identidade de surdo, para que sua diferença seja assimilada, disfarçada, torne-se invisível.

As culturas minoritárias geralmente convivem com os códigos da cultura que se considera dominante e pretensamente normalizadora. Na educação de surdos, por exemplo, é declarado o objetivo de “normalizá-los”. Neste discurso específico, “*normalizar*” aparece com o sentido de “igualar”, mas, na verdade, o surdo é visto como alguém que nunca pode ser “normal”, ou “igual”. “Normalizar” pode ser entendido como atribuir a uma identidade específica todas as características positivas possíveis em relação às quais as outras

---

<sup>1</sup> Texto extraído do livro: Cultura, poder e educação de surdos. São Paulo: Paulinas, 2006 (da autora).

<sup>2</sup> Mãe de surda, psicóloga, mestre e doutora em Educação, professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, coordenadora do Espaço Universitário de Estudos Surdos (EU-SURDO).

identidades são avaliadas de forma negativa, considerando que existe uma identidade eleita como “a melhor”, a correta, a perfeita.

Assim, neste embate, a cultura dos surdos se recria todos os dias, mas é desconhecida e ignorada, como uma forma de abafar o que é vivido e visto. Como o problema da surdez está localizado num corpo individual, a taxonomia médica é reproduzida e assegurada, perpetuando interpretações da surdez enquanto a experiência de uma falta ou enquanto uma incapacidade ou deficiência. A despeito de a surdez ser algo comum, a cultura surda é vista como “uma espécie exótica cuja identidade é destinada a decair e a desaparecer” (Owen Wrigley, 1996, p. 94).

### **A construção da surdez a partir de diferentes concepções de multiculturalismo**

Numa mesma sociedade existem várias culturas imbricadas umas nas outras, gerando a necessidade de se considerar um “multiculturalismo”, principalmente nas ações educacionais. No entanto, há várias noções de multiculturalismo. Então, convém destacar a concepção de *multiculturalismo* que chamamos para esta reflexão.

Este estudo não entende multiculturalismo como a necessidade de concessão que uma cultura maior/melhor deva fazer a outras culturas menores/piiores. Multiculturalismo, aqui, também não subentende a noção de “cultura” como restrita a etnia, ou a nacionalidade, mas como um *conceito que destaca formas de constituição de subjetividades que auxiliam na determinação e organização de grupos*.

Carlos Skliar adverte (com base em Harlan Lane, 1990 e em Peter McLaren, 1997), que a surdez é construída a partir de concepções diferentes de multiculturalismo. Segundo ele, pode-se observar a *concepção conservadora de multiculturalismo*, segundo a qual, na abordagem à questão da surdez, há uma supremacia do ouvinte sobre os surdos, há um destaque para a biologização da surdez e dos surdos, há a priorização de todos os julgamentos pela perspectiva do mais “valoroso”, da “mais valia”, há a deslegitimação das línguas estrangeiras e dos dialetos regionais e étnicos, há a proclamação do monolingüismo, e, se usa o termo “diversidade” para encobrir uma ideologia de assimilação (1998, p. 1).

Pode-se observar, também, a *concepção humanista e liberal*, que exagera o papel da escola supondo que ela pode mudar as desigualdades, criando uma certa opressão para os que desejam a diferença ou para os que não podem alcançar esta suposta “igualdade”. Destaca, ainda, a *concepção progressista*, segundo a qual o conceito de diferença é aceito, mas trata-se de uma diferença pensada como essência; nesta se fala do surdo “verdadeiro”, do “surdo

militante’, do surdo “consciente”, mas ignorando a história e a cultura que dão o suporte político à diferença.

Por último, o autor comenta a *concepção crítica*: a que destaca o papel que a língua e as representações exercem na constituição de significados e de identidades surdas; nesta, as representações de raça, de classe, de gênero, são vistas como o resultado de lutas sociais sobre signos e significações. Segundo esta perspectiva pode-se afirmar que *existe uma cultura surda que se diferencia da cultura dos ouvintes por meio de valores, estilos, atitudes e práticas diferentes*.

Ao abordar a questão da cultura surda, em nenhum aspecto quero absolutizar a divisão surdo/ouvinte, como se esta, e apenas esta, seja a única/melhor/principal divisão de categorias possível, ou como se a única característica de uma pessoa surda fosse a surdez, esquecendo-se das demais características que a constituem: como o fato de ser surdo/negro, surda/negra, surdo/branco, surda/branca, surda/mulher, surdo/homem, etc. Enfoca-se a cultura surda como *uma das múltiplas determinações*, sabendo-se que, nos estudos das demais culturas minoritárias, seja a da cultura negra, ou a da cultura indígena, ou a da cultura imigrante, lá está a presença de sujeitos surdos, que também são negros, são indígenas, são imigrantes, etc.

O que se dá é que, no estudo da constituição do tecido social – do qual os surdos também fazem parte - há que se desvelar as diversas posições de sujeito que se revestem de poderes particularizados, poderes estes que se constituem pelo fato de as pessoas terem/não terem tais e quais características. O objetivo neste texto, torno a repetir, não é absolutizar a surdez ou a audição, ou destacar a cultura surda em detrimento da cultura majoritária, mas, oferecer mais uma perspectiva de análise da constituição social. Não se trata de colocar a cultura surda de um lado, e a cultura ouvinte de outro, como se estivesse tratando de oposições binárias, mas trata-se da tentativa de proclamar os surdos enquanto grupo social, que também pela característica cultural se organiza.

Os surdos constituem grupos sociais que têm interesses, objetivos, lutas e direitos em comum, mas, sendo um grupo social, como outro qualquer, dentro de sua própria configuração, acontecem tensões semelhantemente verificadas em outros grupos. Owen Wrigley adverte que acontece freqüentemente, no meio da construção da cultura surda, que mecanismos de exclusão e de inclusão surgem também dentro desta, pois novas definições de identidade dos surdos passam a definir novos métodos (com freqüência priorizando o aspecto lingüístico) pelos quais os que não são membros da cultura, ou são membros periféricos,

podem ser excluídos (os que apenas ouvem mal, os filhos ouvintes de pais surdos, intérpretes, pais de surdos, etc.) (1996, p. 17). Este autor ressalta que há que se observar que a surdez militante gera táticas excludentes com frequência – práticas de exclusão contra as quais sua resistência teve origem. Os surdos, muitas vezes, não se dão conta das zonas intermediárias que são criações dinâmicas destas mesmas práticas.

### **As negações que são feitas à cultura surda**

A questão da existência de uma cultura surda gera dificuldades e incompreensões em alguns. Carlos Skliar já advertia sobre o incômodo causado quando se faz referência a uma cultura surda; diz ele: “quando se trata de refletir sobre o fato de que nessa comunidade (de surdos) surgem - ou podem surgir – processos culturais específicos, é comum a rejeição à idéia da “cultura surda”, trazendo como argumento a concepção da cultura universal, a cultura monolítica. (...) A cultura surda não é uma imagem velada de uma hipotética cultura ouvinte. Não é o seu revés. Não é uma cultura patológica” (1998, p. 28). A visão de uma cultura patológica, de um corpo doente/deficiente, da experiência de uma falta ou de uma sub-cultura (ou não-cultura), é o que geralmente embasa as perspectivas comuns e profissionais de que os surdos são menos que “normal” (portanto, passíveis de serem enquadrados no modelo da “deficiência”).

Trago alguns exemplos de práticas discursivas através das quais a surdez vai sendo socialmente construída e determinada. Em discussões sobre a existência ou não de uma cultura surda, professores de surdos responderam<sup>3</sup>:

*“Acho que os surdos não têm uma cultura própria, têm apenas algumas adequações.(...) Os surdos interagem com outros surdos, porque eles se entendem na sua linguagem, e se afastam dos ouvintes pela falta de compreensão, dando a ilusão de ter uma cultura própria”.*

*“O surdo na rua sempre chama a atenção das pessoas e isto é uma questão cultural. Por isto é que eles têm a cultura deles; são até um pouco ferrenhos nisso, e por causa disso talvez sejam até um pouco atrasados, porque insistem em demonstrar que têm a sua cultura e que não vão mudar por causa do preconceito dos ouvintes”.*

---

<sup>3</sup> Tais enunciados fazem parte da pesquisa que realizei para a minha Tese de Doutorado, na qual entrevistei professores de surdos. SÁ, Nídia Limeira. **A produção de significados sobre a surdez e sobre os surdos: práticas discursivas em educação.** Porto Alegre: UFRGS/FACED/PPGEDU, 2001. (Tese de Doutorado).

A cultura surda é socialmente construída como uma sub-cultura, e o objetivo socialmente valorizado passa a ser: tornar os surdos “aceitáveis” para a sociedade dos que ouvem, por isto muitos surdos precisam ser “ferrenhos” ao oferecer resistência à negação de suas identidades. A resistência geralmente não é interpretada positivamente.

Destaco duas das formas de negação da cultura surda: ressaltar que todos os surdos são iguais (portanto, insignificantes), ou, que são iguais à cultura que os cerca, exceto que não podem ouvir. Assim, a possibilidade da diferença é silenciada. O que ocorre é que os surdos são obrigados, muitas vezes, a preterir os marcos de sua cultura em troca dos marcos superiores da cultura geral comum.

*“Eu acho que o surdo realmente tem sua cultura, mas o mundo é na maioria ouvinte e ele tem que viver com as pessoas que o rodeiam”.*

A surdez é construída como uma sub-cultura e, para tal, o critério quantitativo é recorrentemente solicitado. Na verdade, a questão não é que formam uma minoria, mas que trata-se de uma minoria “menos que normal” (Owen Wrigley, 1996, p. 2). O critério da quantidade (maioria ouvinte) geralmente é usado para justificar a hegemonia que os ouvintes pretendem exercer sobre os surdos.

Parece que a surdez também é narrada na base daquilo que Carlos Skliar e Ronice Quadros chamam de “quantidades indiscretas, manipuláveis e obscenas” (2000, p. 3). A surdez geralmente é tida como limitação e o espaço do convívio cultural e comunitário dos surdos não é valorizado como um “ambiente social” normal – normal costuma ser fingir que é ouvinte e freqüentar uma escola regular.

Segundo Carlos Skliar, as pessoas que têm dificuldade em entender a existência de uma cultura surda geralmente são pessoas que pensam que nada há fora de sua própria referência cultural, então, entendem a cultura surda como uma anomalia, um desvio, uma irrelevância. Geralmente estas pessoas desconhecem os processos e os produtos desta cultura surda: desconhecem o que os surdos geram em relação ao teatro, ao brinquedo, à poesia visual, à literatura em língua de sinais, à tecnologia que utilizam para viverem o cotidiano, etc. (1998, p. 28, 29).

Há grande dificuldade em entender a existência da cultura surda porque a maioria das pessoas baseia-se num “universalismo”. Segundo Owen Wrigley, “os universalismos, em todo discurso, são alimentados pela noção de que os seres humanos compartilham propriedades comuns. Esta busca de universalismos é acompanhada por atitudes de acomodação ou por estratégias usadas para neutralizar os desafios às definições hegemônicas.

É aí que as culturas nativas dos Surdos sugerem formas para falarmos de um ‘universalismo vivido’, ‘de experiências da surdez’. Ora, os surdos “podem espelhar certos aspectos da cultura dominante que os circunda, mas também possuem raízes epistemológicas pelas quais esses aspectos foram legitimamente “declarados” ou “compreendidos” dentro da experiência nativa dos Surdos” (1966, p. 35). São exatamente estas raízes epistemológicas que fazem com que os surdos formem grupos culturalmente diferentes.

Geralmente as culturas são vividas em comunidades. Ora, não é difícil pensar que a comunidade é um grupo que compartilha aspectos comuns com os quais se auto-identificam. Então, embora alguns surdos insistam que todos os surdos compartilham a mesma cultura e normas, pode-se perceber que outras diferenças – de raça, de classe, de gênero, de educação, etc. – podem ser mais significantes que o “ideal” de uma comunidade uniforme, e isto não acontece apenas com a comunidade dos surdos.

Nas comunidades de surdos acontecem fenômenos sociais observados também em quaisquer outras comunidades, como, por exemplo, a existência de círculos de liderança pequenos, e desejadamente imutáveis, mantendo membros em posições de subordinação. A noção de “surdos legítimos” ou “politicamente corretos” pode reforçar estas ocorrências. Não é saudável alegar uma identidade, cultura ou perspectiva surda (ou Surda) unificadora, pois os surdos também se enquadram nas categorias de raça, gênero, classe, nacionalidade, condição física e em outras fontes de “diferença”.

Toda imposição cultural tem que ser vencida pela solidariedade – e os surdos, como qualquer ser humano, não estão imunes aos desejos de dominação e poder. É possível notar que muitos surdos, privados do acesso inicial à língua de sinais, por sua história de fracassos na educação oral, são outra vez estigmatizados quando ingressam na comunidade surda, usando a língua de sinais “como uma pessoa que ouve”. Suas poucas habilidades no uso da língua denunciam que não são “nativos”, então, sua legitimidade, enquanto membros da comunidade social dos surdos, acaba ficando comprometida. Se não houver cuidado quanto a essa questão, acaba-se reproduzindo exclusões semelhantes àquelas que estão sendo confrontadas. Ora, há que haver solidariedade na diferença, para que as conquistas políticas sejam menos sonhadas e mais concretizadas, ainda que se saiba que a luta por poderes sempre existirá.

## Diferentes mas não desiguais

Os surdos formam grupos sociais diferentes dos daqueles que ouvem. Diferentes, mas não diversos, desiguais. É de extrema importância estabelecer a diferença entre as noções de diversidade e de diferença. A noção de *diversidade* “cria um falso consenso, uma idéia de que a normalidade hospeda os diversos, porém mascara normas etnocêntricas e serve para conter a diferença” (Skliar, 1998, p. 13). Para Skliar, a *diferença*, pelo contrário, não é um mero espaço retórico, antes, sempre está baseada em representações e significações que geram práticas e atitudes sociais. A surdez é, portanto, uma diferença, visto que “a surdez é uma construção histórica e social, efeito de conflitos sociais, ancorada em práticas de significação e de representações compartilhadas entre os surdos” (ibid, p. 13).

A cultura surda refere-se aos códigos próprios dos surdos, suas formas de organização, de solidariedade, de linguagem, de juízos de valor, de arte, etc. Os surdos envolvidos com a cultura surda, auto-referenciam-se como participantes da cultura surda, mesmo não tendo eles características que sejam marcadores de raça ou de nação.

Neste aspecto, sirvo-me de Owen Wrigley para destacar um ponto fundamental: a importância do uso da língua de sinais. Diz o autor: “uma, senão a, característica que define a auto-identidade como pertencente a uma minoria lingüística ou étnica é ter e usar sua própria língua” (1996, p. 14). O uso da língua de sinais, então, pode ser entendido como um dos aspectos definidores da “auto-identidade” de uma minoria lingüística ou étnica, mas não significa, que para participar de uma “*comunidade surda*” tem-se que, necessariamente, usar/conhecer a língua de sinais. Os surdos e os que ouvem mas que participam da comunidade surda, o fazem por opção, por acercarem-se das questões que estão na base da problemática da surdez, seja por experiência própria, seja por afetarem ou por serem afetados por esta experiência (isto é bem mais amplo que saber usar corretamente a língua de sinais – sem negar que este é um importante aspecto de identificação).

Talvez pela importância que tem a língua de sinais como um dos principais aspectos identitários é que historicamente se verificou uma verdadeira violência institucional contra a comunidade surda - ao ser “sugerida” a proibição da língua de sinais nas escolas, desde o final do século XIX. Diríamos que historicamente ocorreu um verdadeiro “amordaçamento” da cultura surda. Ou, caso consideremos que a palavra “amordaçar” lembra “impedir a fala”, seria interessante dizer que houve uma “amarração” da cultura surda, pois literalmente as mãos é que eram amarradas, para que não pudessem utilizar a língua natural que dá suporte

ao mundo cognitivo dos surdos. Ainda hoje, pela desautorização ou negação da diferença, tenta-se uma “amarração” da cultura surda, sob a perspectiva de que uma sociedade igualitária (sem diferenças) é a sociedade ideal.

### **Conclusão**

Na verdade, a pergunta que está subjacente nesta problemática é: quem são os *outros*? As respostas não são claras nem definitivas. Quando se define quem são os outros aparece o conjunto de interesses difusos de domínio e de perpetuação, que nem sempre são conscientes. Há um conjunto de estratégias sócio-culturais de representação acerca dos outros, sobre os outros, que fazem com que barreiras sejam levantadas entre o *eles* e o *nós*.

Os indivíduos se organizam em grupos e os grupos, na sociedade, são assimetricamente situados, pois, onde há qualquer diferença há uma luta por poderes e saberes. Nossas relações sociais nos posicionam diferentemente, em diferentes momentos, em diferentes lugares, em diferentes papéis que exercemos. Ao mesmo tempo em que somos posicionados, posicionamos a nós mesmos. Por isto é imprescindível entender que as manifestações culturais da surdez não são manifestações de uma cultura patológica, mas de uma cultura legítima, que só enriquece a visão do que é “ser humano” – o ser que transcende a fala, mas que não transcende a linguagem. Eu diria, num trocadilho pretensioso, que o Verbo fez o homem, e o homem fez o verbo – foram feitos um para o outro, mas, independentemente da voz.

Respeitar, tolerar, suportar, entender a cultura alheia não deve ser menos comprometedor que traçar estratégias sócio-políticas para tornar visíveis as diferenças e agir em função delas. Ora, a afirmação das identidades e da diferença dos surdos traduz um desejo de garantir-lhes o acesso aos bens sociais enquanto *direito*, não enquanto concessão.

Para concluir, lembremos Owen Wrigley quando diz: “embora não possuam marcadores de raça ou de nação, os membros dessas culturas Surdas auto-referenciadas não têm dúvidas de suas identidades culturalmente distintas. Embora nominalmente membros de uma cultura dominante que os circunda, eles – alguns, mas não todos – vêm a si mesmos como separados dela e como membros de uma cultura Surda especificamente “nativa”. (...) Embora líderes Surdos enfatizem o quanto têm em comum com outras minorias (...) a ignorância justificada, exibindo-se à guisa da sabedoria comum, continua a tratar os surdos apenas como outro grupo de deficientes ou incapacitados” (1996, p. 32-34).

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**



BUENO, José Geraldo. Surdez, linguagem e cultura. In: **Cadernos CEDES**, São Paulo, n.46, 1998. p. 41–56.

SKLIAR, Carlos. Um olhar sobre o nosso olhar acerca da surdez e das diferenças. In: \_\_\_\_\_. **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998b. p. 7-32.

\_\_\_\_\_.; QUADROS, Ronice. **Invertendo epistemologicamente o problema da inclusão: os ouvintes no mundo dos surdos**. São Paulo: Estilos da Clínica, 2000, vol 7. p. 72 - 95.

WRIGLEY, Owen. **The politics of deafness**. Washington: Gallaudet University Press, 1996.